

Kamila Silva Pereira

**A ACESSIBILIDADE DO ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA BÁSICA
MUNICIPAL DR. PAULO FONTES EM FLORIANÓPOLIS/SC E
AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR UMA ALUNA COM
PARALISIA CEREBRAL (1995 - 2005)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no curso de Pedagogia da
Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

Orientador: Prof^a. Dra. Rosalba
Maria Cardoso Garcia

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pereira, Kamila Silva

A acessibilidade do espaço físico da Escola Básica Municipal Dr. Paulo Fontes em Florianópolis/SC e as dificuldades enfrentadas por uma aluna com paralisia cerebral (1995 - 2005) / Kamila Silva Pereira ; orientadora, Rosalba Maria Cardoso Garcia - Florianópolis, SC, 2017. 78 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Graduação em Pedagogia.

Inclui referências

1. Pedagogia. 2. A pesquisa teve como temática a acessibilidade escolar e as dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência física em escolas públicas de educação básica na Rede de Ensino Municipal de Florianópolis, em especial o espaço físico da Escola Dr. Paulo Fontes. I. Garcia , Rosalba maria Cardoso. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

Kamila Silva Pereira

A ACESSIBILIDADE DO ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL DR. PAULO FONTES EM FLORIANÓPOLIS/SC E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR UMA ALUNA COM PARALISIA CEREBRAL (1995 - 2005)

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de “Licenciado em Pedagogia” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, março de 2017.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Rosalba Maria Cardoso Garcia Orientadora

Prof.^a Msc. Dayana Valério Antônio Folster Schreiber
Membro

Prof^ª. Dr^ª. Maria Sylvia Cardoso Carneiro
Membro

Dedico este trabalho a minha maravilhosa família: Minha mãe Maria e os meus irmãos Indianara, Felipe, ao sobrinho Lucas, a minha cunhada Dayane, o meu padrasto Luiz, ao grupo jovem da Minha Igreja, minha madrinha Ana e o meu Padrinho Raul, os meus professores e amigos que sempre acreditaram no meu potencial e colegas de classes, mais especialmente duas grandes amigas que eu vou levar comigo para sempre no meu coração que são Fabieli e Lourdes. Agradeço por cada um de vocês por ouvirem a minhas angústias, e secarem as minhas lágrimas e de certa forma a cada um que contribuiu para a realização do meu TCC. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, professora Rosalba Maria Cardoso Garcia, por quem tenho muita a admiração e respeito. Também queria agradecer pela paciência e o seu empenho e carinho para a realização desse trabalho de conclusão de curso. Quero lhe dizer que foi muito bom e gratificante passar muitas tardes ao seu lado e ter você como minha orientadora nesse momento tão importante na trajetória acadêmica, me sinto muito honrada por isso e muito feliz, ainda mais sabendo você foi a minha fisioterapeuta na APAE de Florianópolis, e depois na sexta fase foi a minha professora na Disciplina de Educação Especial e agora na Nona fase você foi a minha orientadora, muito obrigada por tudo!

À Angélica Schiavon, Diretora da Escola Dr. Paulo Fontes, por ter aberto as portas para que eu pudesse realizar a minha pesquisa de campo, e equipe pedagógica que reservou um tempo de seu trabalho para responder perguntas importantes para o meu trabalho. A Cléia Figueiredo, auxiliar de serviços gerais, que me acompanhou na observação do espaço físico da escola, que tenho muito carinho por ela, pois no começo da minha trajetória escolar eu não caminhava e muitas vezes ela me carregava no colo para subir as escadas.

À professora Maria Sylvia Cardoso Carneiro, por acompanhar desde o começo a minha trajetória na UFSC, também sou muito grata a ela, pois no início da minha graduação eu tinha muitas dificuldades na escrita então no período de suas férias ela se propôs em enviar atividades todos os dias por e-mail para trabalhar minha aquisição da escrita. Tenho um imenso carinho por ela, pois, sempre que eu precisei ela estava ali presente, para me ouvir nas horas de angustias, muitas das vezes ela me levou para o hospital quando eu não estava bem de saúde. Lembro como se fosse hoje que uma vez eu caí e quebrei o dente, então ligaram para ela me socorrer, ela deixou de dar aula para me acompanhar até a odontologia da UFSC.

Também agradeço muito a ela até pelos puxões de orelhas que muitas das vezes eu precisei, pelas ligações para tratar sobre os assuntos relacionados às aulas, por me visitar e trazer alguns equipamentos adaptados que são da BU que era para utilizar durante as minhas férias, por conseguir que eu fosse atendida por profissionais na área de psicologia quando eu estava com depressão e pela escolha das acompanhantes que auxiliavam nas aulas, por me levar para casa quando eu não estava me sentido bem, por acompanhar nas reuniões para conversar com as professoras do estágios e por ser essa pessoa

maravilhosa, doce que você é.. te amo Maria Sylvia, muito obrigada por tudo!

À professora Roselane Campos, por ser a minha supervisora no Estágio da Educação Infantil, pela atenção, dedicação e carinho que ela tinha por mim, por ter supervisão todas as semanas, por ter selecionando os textos para realização do artigo e também agradeço muito ela ter me dado mais uma chance de ficar por um ano no Estágio da Educação Infantil Hoje percebo que por eu ter ficando um tempo a mais no estágio me ajudou muito, até na escolha da minha profissão, pois pretendo seguir carreira na área de educação infantil.

À Corina Martins Espídola assistente social da UFSC, pelo apoio que ela me deu desde o cursinho pré-vestibular dando tudo o que eu precisasse, muitas das vezes eu ligava para ela pedido ajuda de como era feita a inscrição da prova do vestibular, por estar todos os dias ao meu lado no dia da prova. Também sou muito grata a ela, porque quando eu entrei na UFSC, ela foi um anjo da guarda que Deus colocou em meu caminho, pois todos os suportes que eu necessitava como apoio financeiro, como por exemplo, tirar muitos xerox de graça para mim, me ajudou com todos os documentos para eu poder ganhar a Bolsa Estudantil da UFSC e tantas outras coisas que eu precisava. Corina muito obrigada por tudo! Te adoro muito.

À professora Ilana Laterman, por ser a minha orientadora de Estágio dos Anos Iniciais, pela atenção, dedicação que ela tinha com os estudantes, por me receber desde a primeira conversa que tivemos sobre o local da escola aonde eu iria fazer estágio, por me acompanhar nas reuniões no LIFE, por me orientar na elaboração do meu planejamento, por me dar caronas em dias de chuvas e por me ajudar na elaboração do trabalho integrado.

À professora Maria Aparecida Aguiar Lapa, por ser uma pessoa maravilhosa, uma amiga, pela atenção e dedicação que teve como subcoordenadora do Curso de Pedagogia, me dando todo suporte que necessitava, por ser a minha professora na disciplina do NADE-Alfabetização na perspectiva do letramento na sétima fase e depois novamente na oitava fase, por me ouvir muitas e muitas vezes nas horas das minhas angústias, por adquirir muito aprendizado com ela. Muito obrigada por tudo professora Cida, te adoro muito!

Agradeço especialmente todos meus professores da graduação, professoras Lucene Dall'Alba, Olinda Evangelista, Ida Mara Freire, Adir Valdemar Garcia, Marlene de Souza Dozol, Maria Izabel Bortoli Hentz, Abel Silva Borges, Leonidas Roberto Taschetto, Maria Sylvia Cardoso Carneiro, Diana Carvalho de Carvalho, Maria de Fátima Sabino Dias,

Paulo Sergio Tumolo, Lucia Schneider Hardt, Maria Raquel Barreto Pinto, Alessandra Mara Rotta de Oliveira, Lilane Maria de Moura Chagas, Heloiza Helena de Jesus Barbosa, Ademir Valdir dos Santos, Fábria Liliã Luciano, Mauro Titton, Gilson Luis Voloski, Juares da Silva Thiesen, Gabriele Nigra Salgado, Rosilene Beatriz Machado, Vanessa Gonzaga Nunes, Franciele Bete Petry, Daniel Castro Oltramari, Ana Claudia de Souza, Eliane Santana Dias Debus, Luciane Maria Schlindwein, Everaldo Silveira, Orlando Ednei Ferretti, Claricia Otto, Patrícia Lima, Rosalba Maria Cardoso Garcia, Diego Arenaza, Monica Fantin, Alexandre Fernandez Vaz, Paula Cabral, Eloiza Rocha, Jéferson Silveira Dantas, Alexander Bet Rosa Cardoso, Dulce Marcia da Cruz, Maria Aparecida Lapa de Aguiar, Roselane Fátima Campos, Adriano Henrique Nuernberg, Ilana Laterman, Ingobert Vargas de Souza e Sandro Braga.

À Coordenadoria de acessibilidade Educacional da UFSC, por estar sempre presente ali perto de mim, todas as vezes que eu precisasse eles estavam sempre prontos para me servir. Agradeço à Vivian Days, Bianca Costa, Patrícia Muccini, Adriana Boschi Moreira, Tatiane Bevilacqua, Maria Sylvia Carneiro Cardoso e Adriano Nuernberg.

Às minhas grandes amigas Fabieli, Lordes e Monica, que durante a minha graduação sempre estiveram ali ao lado prontas para me ajudar, me lembro das nossas tardes maravilhosas que passamos juntas, dos nossos cafés no bar do CED, dos nossos trabalhos realizados em grupos, por ouvir os meus desabafos, quando estava triste, por vocês sempre acreditarem em mim, Amo vocês.

À minha família, que sempre me incentivou para que eu pudesse continuar os meus estudos. Agradeço muito a minha mãe, a minha guerreira, que sempre esteve do meu lado, que passou muitas noites ao meu lado até eu poder terminar os meus trabalhos acadêmicos, por sempre me dar força para continuar e não desistir dos meus estudos, por secarem as minhas lágrimas quando eu chorava para a elaboração desse meu TCC, por apoiar em tudo e por sempre acreditar em mim. Te amo muito minha querida, minha guerreira. Agradeço, a Indianara minha irmã querida que sempre ajudou a escrever o que eu ditava para a elaboração dos meus trabalhos escolares, por me buscar muitas vezes na UFSC quando foi preciso, por imprimir muitos trabalhos da faculdade em seu serviço, por muitas e muitas das vezes digitar os trabalhos quando estava cansada e não tinha condição de escrever, então a minha irmã terminava de digitar os meus trabalhos para mim. Muito obrigada minha irmã querida por tudo, te amo muito. Agradeço também o meu querido irmão Felipe, que sempre me apoiou e me

incentivou para que eu pudesse continuar os estudos, por buscar na UFSC quando eu não estava me sentindo bem, por me dar muitas broncas na hora em que eu precisava, e acima de tudo agradeço muito a você meu irmão pelas suas orações, pelos carinhos e pelo amor que você tem por mim. Te amo muito meu irmão querido. Agradeço o meu sobrinho Lindo Lucas, que sempre me apoiou, apensar de ser tão pequeno, ele me ajudou muito na minha trajetória acadêmica, me lembro que nas primeiras semanas de aulas minha mãe me levava para a faculdade e não tinha com que deixar ele e então tinha que levá-lo junto todos dias. Ele amava poder acompanhar a tia até a faculdade, também sou muito grata a ele, pois quando eu precisava estudar ele ficava em silêncio, me dava muitas palavras de apoio para mim nunca desistir dos estudos, muito obrigada meu lindo sobrinho, a tia te ama, muito. Agradeço o meu padrasto Luiz França, pelas palavras de força na hora que precisei, por me carregar muitas e muitas vezes em seu colo quando não caminhava ainda, e ele falava para descansar um pouco, quanto via que eu já estava muito cansada, e por me dar muito amor e carinhos. Pai te amo muito.

Agradeço a Dayane, minha cunhada, por apoiar sempre em tudo, pelos os seus conselhos por tudo, te amo.

Agradeço muito todas as minhas acompanhantes que me auxiliaram em sala de aula e nos trabalhos extra classes. Tenho um carinho enorme por cada uma de vocês, vou guardar cada uma de vocês em meu coração. Obrigada por tudo, amo muito vocês!

Agradeço muitos as minhas psicólogas Elisa, Michaela, Karla, Larissa e a Ana Paola que me atenderam na UFSC, por me ajudar a controlar a minha ansiedade, nos momentos de muitos estudos, por ajudar nos momentos mais difíceis da vida pessoal e por fazer amadurecer e saber tomar as decisões sozinha. Tenho um carinho enorme por cada uma de vocês, muito obrigada por tudo, adoro muito vocês.

Agradeço muito à coordenação do Curso de Pedagogia, pois sempre que eu precisei eles estavam prontos para me servir. Muito obrigada por tudo. À direção do CED, pelos os seus atendimentos serem de competência. Também agradeço todos os responsáveis que trabalham no xerox, por ajudar na hora que necessitava de alguma ajuda, muitas vezes por cobrar, quando vocês viam que não tinha dinheiro suficiente e por ajudar a abrir o meu e-mail quando eu precisava. Muito obrigada por tudo.

Agradeço aos servidores da UFSC, como por exemplo, o pessoal do Restaurante Universitário da UFSC, por eles me ajudarem a servir o meu prato todos os dias, não tenho palavras para agradecer esses

servidores da UFSC, pois eu via o carinho e a dedicação que eles tinham por mim na hora de me servir. Muito obrigada.

Agradeço aos servidores que trabalham no AAI, Clarissa, Márcia e Marivone, pois eles sempre estavam disponíveis para me atender e para fornecer qualquer tipo de material que eu precisava. Também agradeço a vocês por disponibilizar um espaço para que eu pudesse estudar e fazer os meus trabalhos acadêmicos, foram muitas manhãs de estudos e isso ajudou muito na minha trajetória acadêmica. Muito obrigada por tudo.

Agradeço muito aos professores e professoras do Núcleo Desenvolvimento Infantil – NDI- UFSC, por me ter recebido com muito carinho e dedicação dos responsáveis que trabalham ali, também agradeço muito à professora Sonia Jordão, que foi a professora do grupo G5, turma na qual atuei como estagiária. Sou grata a ela, pois tive um enorme aprendizado com ela. Muito obrigada professora Sonia pelo carinho, pela paciência e amor que você tinha quando estava comigo, vou levar você em meu coração.

Agradeço todos os professores e professoras do Colégio de Aplicação- UFSC, por ter recebido com muito carinho e dedicação de todos os responsáveis que trabalham na escola, também agradeço muito à professora Liliane Alves da Silva, professora do 1º ano C, turma na qual atuei como estagiária. Sou muito grata a ela, pois tive um enorme aprendizado com ela. Muito obrigada Liliane pelo carinho, pela paciência e amor que você tinha quando estava comigo, vou levar você em meu coração.

PEREIRA, Kamila Silva. A acessibilidade do espaço físico da Escola Básica Municipal Dr. Paulo Fontes em Florianópolis/SC e as dificuldades enfrentadas por uma aluna com paralisia cerebral. Florianópolis, UFSC, 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Curso de Pedagogia, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

RESUMO

A pesquisa teve como temática a acessibilidade escolar e as dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência física em escolas públicas de educação básica na Rede de Ensino Municipal de Florianópolis. Para tanto foi analisado o espaço físico da Escola Dr. Paulo Fontes. A motivação para o desenvolvimento do estudo foi a minha experiência como aluna com paralisia cerebral e ter frequentado o ensino fundamental nessa instituição entre os anos de 1995 e 2005. Para tanto foram traçados como objetivo geral: analisar o espaço físico da escola Dr. Paulo Fontes para discutir as condições de acessibilidade, e a problemática que encontram alunos com alguma deficiência física. Como objetivos específicos: descrever a estrutura física da escola municipal Dr. Paulo Fontes tendo em vista a frequência de alunos com deficiência física; identificar se as condições de acessibilidade contribuem para a escolarização dos alunos com deficiência física. Para o desenvolvimento deste trabalho foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: análise documental, consultas bibliográficas, aplicação de questionário semi aberto, aplicação de inventário sobre acessibilidade escolar e observação do espaço físico da escola com produção de imagens fotográficas. Para análise documental foram utilizados: Constituição Federal (BRASIL, 1988), Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/ 1996 (BRASIL, 1996), Convenção dos Direitos da Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008), resolução CNE/CEB/2/2001 (BRASIL, 2001) entre outros. Os estudos de GUIMARÃES e MATSUDA (2013), MELO e MARTINS (2007), MANZINI (2012) e SARTORETO e BERSCH (2010) contribuíram para a definição do conceito de acessibilidade. Como hipótese foi discutido que a partir de 2003 o programa Federal de Implantação de Salas de recursos multifuncionais promoveu um incremento no atendimento educacional especializado nas escolas públicas do Brasil. A Rede Municipal de Florianópolis foi beneficiada com salas de recursos financiadas por esse programa. Infere-se que tais iniciativas poderiam ter repercutido em mudança favorável das condições de acessibilidade da escola Dr. Paulo Fontes, considerando também a experiência de ter tido uma aluna com deficiência física frequentando o ensino fundamental a partir de 1995. Considerarei que até os dias atuais a escola Paulo Fontes é um espaço que carece de condições de acessibilidade e que continua não contribuindo para a escolarização dos alunos com deficiência física.

Palavras-chave: Acessibilidade, deficiência física, estudantes com paralisia cerebral na regular de ensino.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Itens que estão em falta na escola Dr. Paulo Fontes

Quadro 2: Quantidade de alunos com necessidades especiais que frequentaram e frequentam a escola Dr. Paulo Fontes

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

AH/S - Altas Habilidades/Superdotação

BV - Baixa Visão

CAE - Coordenadoria de acessibilidade Educacional - UFSC

CAP - Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual

CDPD - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

LIFE - Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - UFSC

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

L1 - Língua Brasileira de Sinais

OM - Orientação e Mobilidade

ONU - Organização das Nações Unidas

PC - Paralisia Cerebral

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação.

PT - Perda Total

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

RMF- Rede Municipal de Florianópolis

TEA - Transtorno do Espectro Autista

SEESP - Secretaria de Educação Especial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	31
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
4 REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES.....	77

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata sobre a acessibilidade escolar e as possíveis dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência física em escolas públicas de educação básica. A reflexão acerca das possíveis dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência física foram inspiradas em minha experiência como estudante do Ensino Fundamental na Escola Dr. Paulo Fontes, em Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis, no período de 1995 a 2005. ¹ Eu fui a primeira aluna com deficiência física, no caso, decorrente de paralisia cerebral (PC), a estudar nessa escola.

Como primeira experiência, a escola não dispunha de condições de acessibilidade arquitetônica como rampas e banheiros adaptados. Com essas barreiras que enfrentei na escola, o que me motivou a continuar os meus estudos? Quando eu cheguei à escola, cujo prédio tem dois pisos e o acesso ao segundo piso é feito exclusivamente por uma escada, havia a necessidade de que alguém me carregasse no colo para a sala de aula. Essa unidade escolar não era acessível para pessoas que tivessem qualquer tipo de deficiência física uma vez que não dispunham dos suportes necessários. Enfrentei muitas dificuldades quanto ao espaço físico daquela instituição. Não tinha nenhuma adaptação para eu estudar ali.

Entrei na 1ª série com os meus 8 anos de idade, minha mãe me levava para a escola e ficava a tarde toda esperando até acabarem as aulas, precisando me carregar no colo. Eu ainda não caminhava sozinha, o que aconteceu apenas aos nove anos de idade. A falta de acessibilidade ao espaço físico sempre foi uma grande barreira para mim, e

1

No presente trabalho, tendo em vista que uma parte importante do texto foi construída com base em um relato pessoal, redigimos o texto em primeira pessoa do singular.

para tantos estudantes com deficiência física. Quando ingressei na escola, como não caminhava, precisava que uma pessoa me ajudasse nos deslocamentos como ir ao banheiro ou tomar água. Muitas vezes, ficava sem jeito de pedir para a professora me levar ao banheiro ou o que eu precisasse. Percebo o quanto fazia falta dispor de um auxiliar (alguém que me auxilia nos deslocamentos e em atividades que exigiam coordenação motora de braços e mãos).

Enfrentei também muitas dificuldades em relação ao ritmo colocado para a cópia do conteúdo passado no quadro, uma vez que por conta de minha coordenação motora, não conseguia escrever no caderno e realizar os registros escolares indicados pela professora. Mesmo com o apoio de familiares, muitas vezes encontrava dificuldades para fazer os deveres em casa, pois não havia nenhum conteúdo daquela aula registrado no caderno. Na escola, encontrava barreiras por não ter uma pessoa para auxiliar na realização das atividades o que gerava ausência de acessibilidade aos conteúdos escolares.

Mas quando entrei na quarta série do Ensino Fundamental tive duas professoras. Uma delas dava as disciplinas de matemática, ciências e geografia. Outra dava aula de português, história, literatura e artes, e essa professora me ensinou a importância da escrita na minha vida, embora às vezes eu não quisesse escrever. Devido as minhas dificuldades eu não tinha vontade de escrever, pois tinha medo que os meus colegas comentassem sobre a minha letra. Essa professora me fez perceber que precisava da escrita. Os trabalhos que eu fazia com a outra professora eram um pouco diferente, pois propunha provas objetivas com questões fechadas de modo que as respostas fossem assinaladas e reduzissem a necessidade de escrever em uma situação de avaliação. Inclusive essa professora, na maioria das vezes, permitia que eu realizasse as atividades avaliativas em casa com auxílio de minha irmã. Em geral eu não gostava, pois eu queria fazer os trabalhos e as provas

como todo mundo. Os professores eram muito dedicados quanto ao conteúdo que passavam nas aulas. Muitas vezes eles viam que eu não conseguia anotar as matérias do quadro no meu caderno e copiavam os conteúdos para mim em todas as aulas. A aquisição da escrita foi um processo longo com apoio dos professores, de minha irmã em casa, e mesmo um trabalho de aprimoramento na graduação em Pedagogia realizada na UFSC.

Considerando as dificuldades encontradas na escola Dr. Paulo Fontes, e que imagino não serem específicas dessa escola, elegi como objeto principal deste estudo as barreiras em relação ao espaço físico escolar. A partir dessa temática de pesquisa traçamos a parte mais importante da investigação desenvolvida, que é o espaço físico da Escola Dr. Paulo Fontes. Até nos dias de hoje essa unidade continua não sendo acessível para as pessoas com deficiência, uma vez que as salas de aula são todas no segundo pavimento, e os banheiros localizam-se no térreo. A secretaria da escola e as salas de orientação pedagógica também são no térreo. Depois de algum tempo em que eu já estava estudando na escola Dr. Paulo Fontes, os profissionais reconheceram a necessidade de construir uma rampa como forma de atender às condições de acessibilidade para os alunos com deficiências. Mesmo assim o acesso continuou comprometido, pois essa rampa foi construída na parte externa da escola, sem cobertura sobre ela, dificultando minha locomoção nos dias de chuva. Diante disso, pude refletir as implicações de um estudante que ao usar um banheiro durante a aula necessita descer e subir uma rampa e que no decorrer de tempo, que provavelmente não será pouco, a aula não para, ou seja, o que é explicado, o conteúdo que é dado, esse estudante perde. Além disso, como fazer esse trajeto em dias de chuvas que pode ser somado ao de frio? Que condições são essas, dadas a esses sujeitos de direitos, que são citados na política de perspectiva inclusiva? De que igualdade e direito estamos falando?

Compreendo que tratar desse tema pode possibilitar que muitas pessoas com paralisia cerebral percebam que todos nós somos capazes de estudar embora sejam necessárias mudanças em relação à acessibilidade nas escolas públicas. Faço essa afirmação a partir do pressuposto segundo o qual a deficiência se constitui como um fenômeno social.

Segundo GARCIA (1996, p. 45) no texto “Contribuições Vygotskianas para educação de indivíduos considerados portadores de deficiências”, a deficiência é definida como:

A deficiência primária é compreendida como biológica e a secundária como social. Nesses termos, a deficiência primária compreende as lesões orgânicas, lesões cerebrais, malformações orgânicas, alterações cromossômicas, ou seja, as características físicas apresentadas pelo sujeito considerado portador de deficiência. A deficiência secundária por sua vez, compreende o desenvolvimento do sujeito que apresenta estas características, com base nas interações sociais. Uma vez que o autor (Vygotski, 1995, p.71), defende uma concepção de desenvolvimento que se orienta do plano social para o individual, a forma como o sujeito que apresenta uma lesão orgânica ou alteração cromossômica desenvolve-se está intimamente relacionada ao modo como vive, as interações

sociais com as quais está envolvido.

A partir de uma compreensão que leva em conta as condições de escolarização propostas aos estudantes com deficiência, elaborei como questão de pesquisa: Houve mudanças em relação à acessibilidade física na escola Dr. Paulo Fontes após a experiência da escola com uma estudante com deficiência física?

Articulei a essa questão de pesquisa os seguintes objetivos:

1.1 Objetivo Geral

Analisar o espaço físico da escola Dr. Paulo Fontes para discutir as condições de acessibilidade, e mais especificamente as dificuldades que encontram alunos com alguma deficiência física.

1.2 Objetivos Específicos

Descrever a estrutura física da escola municipal Dr. Paulo Fontes tendo em vista a frequência de alunos com deficiência física;

Identificar se as condições de acessibilidade contribuem para a escolarização dos alunos com deficiência física.

1.3 Problematização

Como eram as condições de acessibilidade da escola Dr. Paulo Fontes no período de 1995 a 2005?

Como são as condições atuais de acessibilidade dessa escola?

Como essas condições podem interferir na escolarização dos alunos com deficiência física?

1.4 Hipótese

A partir de 2003 com o programa federal de implantação de salas de recursos multifuncionais houve um incremento no atendimento educacional especializado nas escolas públicas regulares no Brasil. A rede municipal de Florianópolis foi beneficiada com salas de recursos financiadas por esse programa. Além disso, a partir de 2007, o governo federal implanta o Programa Escola Acessível com transferência de recursos financeiros para atender a legislação que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzidas, qual seja o decreto nº 5.296/2004 que regulamenta as leis nº 10.048/2000² e 10.098/2000³. Infere-se que tais iniciativas poderiam ter repercutido em mudança favorável das condições de acessibilidade da escola Dr. Paulo Fontes, considerando também a experiência de ter tido uma única aluna com deficiência física frequentando o ensino fundamental a partir de 1995.

2

Dá prioridade de atendimento às pessoas que específica, e dá outras providências

3

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências

1.5 Metodologia

A pesquisa aqui desenvolvida perseguiu uma análise qualitativa, através de estudo das condições de acessibilidade da Escola Básica Municipal Dr. Paulo Fontes, em Santo Antônio Lisboa, município de Florianópolis.

Partimos do entendimento segundo o qual

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma independência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectado por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes significados. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1991, p. 79).

Foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais, além de meios fotográficos sobre a escola, e informações fornecidas pela equipe pedagógica. Foram utilizados quatro procedimentos de coleta de dados, a saber:

Foram utilizados quatro procedimentos de coleta de dados, a saber:

- a. A Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Políticas

Públicas de Educação Especial (BRASIL, 1994), e a Lei De Diretrizes e Bases 9.394/96 (BRASIL, 1996), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências (BRASIL, 2008), a Resolução CNE/CEB 2/2001, (BRASIL, 2001), Decreto nº6.561 (BRASIL, 2008a).

Em um segundo momento foram utilizados documentos municipais:

b. O Documento da Prefeitura Municipal de Florianópolis Número de Estudantes com Deficiência por Níveis de Ensino – Dados de Outubro de 2016, a Resolução e Diretrizes das Políticas de Educação Especial de Florianópolis – julho de 2016 e o Documento relacionando os Polos e Abrangência - 2016.

Os documentos escolares que foram usados ao longo deste trabalho foram

c. Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível (DISCHINGER, 2009), o qual consiste de um conjunto de orientações acerca da acessibilidade espacial e de um inventário tendo o objetivo de contribuir com a avaliação das condições de acessibilidade das escolas públicas. Um conjunto de planilhas com questões relativas à acessibilidade nos ambientes da escola está disponível ao final do documento. Percorrendo esses ambientes, e respondendo as perguntas propostas é possível chegar a uma análise diagnóstica da acessibilidade da escola. Esse inventário foi apropriado na presente pesquisa como um dos instrumentos de coleta de dados, favorecendo o registro da observação das condições físicas da escola.

Consulta de fontes bibliográficas

d. Primeiramente, foi realizado um

levantamento bibliográfico na base de dados Scielo.br. As palavras chaves que utilize na busca dessa pesquisa foram Acessibilidade, deficiência física e acessibilidade escolar. e, posteriormente, selecionados os estudos apropriados para a presente pesquisa. De 27 artigos encontrados, apenas 6 foram selecionados para o estudo, os quais estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos utilizados como fontes bibliográficas.

<p>1º Artigo que foram usado s como fontes bibli gráfic as para TCC.</p>	<p>MELO, Francisc o Ricardo Lins Vieira, and Lúcia de Araújo Ramos Martins. “Acolhe ndo e atuando com alunos que apresent am paralisia nas classe regular: a</p>	<p>3º Arti go que fora m usa dos com o font es bibl iogr áfic as par a TC C</p>	<p>PEREI RA, Lucian e Maria, Fagun des, et, al. “Aces sibilid ade e crianç a com paralis ia cerebr al: A visão do cuidad o primár io”. Fisiote rapia</p>	<p>5º Artigo que foram usado s como fontes bibli gráfic as para TCC</p>	<p>“Acessibilidade e mobilidade espaciais da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Análise com base do censo demográfico de 2010.” Caderno metrópole. 15-30 (2013): 513-533.</p>
---	--	---	--	--	---

	organização da escola.” Rev. bras.educ. espec 13.1 (2007): 111-130.		em movimento (2011): 299-306.		
2º Artigo que foi usado como fontes bibliográficas para TCC.	SARTO RETTO, Mara Lúcia, and Rita de Cássia Reckziegel BERSC H. “A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos e comunicação aumentativa e	4º Artigo que foram usados como fontes bibliográficas para TCC	TADA, Iracema Neno Cecílio, et al. “Conhecendo o processo de inclusão escolar em Porto Velho-RO”. Psicologia: Teoria e pesquisa 28.1	6º Artigo que foram usados como fontes bibliográficas para TCC	“Um estudo de casos sobre as condições de acessibilidade na pré-escola” Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da UNESP, Marília. Bolsista CAPES - PROESP. proped@bol.com.br II Livre-docente em Educação, Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Depto. de Educação Especial, Unesp, Marília. p. 2013-230

	alternativa”. Brasília: Ministério da Educação Especial (2010) : p 1-51.		(2012) : 65- 69.		
--	--	--	------------------------	--	--

Fonte: elaborado pela autora.

Aplicação de Questionário semiaberto

e. Elaborei oito questões referentes ao espaço físico da instituição de ensino e sobre a frequência de alunos que apresentavam alguma deficiência. As respostas foram registradas com auxílio de uma acompanhante da UFSC.⁴

A aplicação do questionário contou com a presença de quatro participantes que trabalham na escola Dr. Paulo Fontes, as quais fazem parte da equipe pedagógica, suas funções são; Luiza Amorim-Orientadora Educacional, Mariana Pimentel- Maria Eller supervisora educacional. O número de participantes teve como critério de definição a

4

Para os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina com algum tipo de deficiência são oferecidos alguns serviços pela Coordenadoria de Acessibilidade – CAE, vinculada à Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD conforme as necessidades desse aluno. No meu caso, foram disponibilizadas várias acompanhantes para auxiliar em sala de aula, na transcrição dos conteúdos disciplinares em meu caderno, e nas atividades extraclasse.

disponibilidade e o interesse em participar da pesquisa e do curto período de tempo para realização da mesma. As participantes cursaram ensino superior completo e suas idades variam entre 51 e 60 anos de idade. Com o intuito de manter o sigilo das identidades das participantes doravante serão identificadas com as denominações fictícias Giovana, Mariana, Luiza e Maria. Antes de começar a entrevista apresentei o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (Anexo B), que referia a solicitação à colaboração das entrevistadas.

Devido à dificuldade de entrar em contato diretamente com a diretora dessa instituição foi realizada entrevista apenas com membros da equipe pedagógica da escola. Primeiramente foi feita uma carta por minha orientadora com objetivo de me apresentar como uma acadêmica desenvolvendo o seu trabalho de conclusão de curso de pedagogia da UFSC (anexo A). Após aprovação e autorização da diretora dessa instituição foram produzidas as imagens da escola e a entrevista com a equipe pedagógica da escola Dr. Paulo Fontes.

Análise das imagens da escola para comparar as condições de acessibilidade no período 1995-2005 e como se encontra nos dias atuais. As imagens do período 1995-2005 são de arquivo pessoal. As do período atual foram produzidas pela pesquisadora com apoio das monitoras disponibilizadas pela CAE e mediante a autorização da escola.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1990

No presente capítulo serão apresentados, mediante exposição da política educacional, alguns elementos que balizaram as condições de escolaridade das crianças e jovens com deficiência na educação básica no Brasil nos últimos anos.

A década de 1990 no Brasil foi caracterizada como um período de reforma educacional. Tais reformas atingiram todos os setores de educação e entre eles a Educação Especial.

Alguns documentos representativos da política de educação especial ou que trouxeram contornos para a mesma nessa década são: a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 (BRASIL, 1996), o Plano Decenal de Educação para todos (BRASIL, 1992) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Em relação à educação das pessoas com deficiência, a constituição federal indica em seu Art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal indicava a concepção de integração proposta para a Educação Especial e tomada como um princípio em meados dos anos 1990. Segundo GARCIA e MICHELS (2011, p. 107), “observa-se que o princípio de integração foi apresentado nesse momento como organizador da política nessa área”.

O documento Política nacional de educação especial (BRASIL, 1994) previa a integração escolar das pessoas com deficiência, não de todas, mas daquelas que tivessem condição de acompanhar os estudos realizados no ensino regular: “A integração escolar se refere a um processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, a criança com ou sem necessidades educativas durante uma parte ou totalidade do tempo de permanência na escola” (BRASIL, 1994, p. 18).

A referida política a partir de 1994 previa as seguintes modalidades de atendimento educacional aos estudantes da educação especial à época nomeados como “alunos portadores de necessidades especiais”:

a) Atendimento Domiciliar: é o atendimento oferecido aos portadores de necessidades especiais em sua casa, face a impossibilidade em frequência escolar.

b) Classes Comuns: processo de integração institucional dos portadores de necessidades especiais que possuem condições em acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas no ensino comum e que esses alunos possam ter os mesmos ritmos que os alunos ditos normais.

c) Classes especiais: Para os alunos de classes especiais as salas de aulas se organizam de forma que se constituem em um ambiente

próprio e adequado no processo de aprendizagem do alunado da educação especial. Os professores são capacitados e selecionados para essa função e eles utilizam os métodos, técnicas e recursos especializados e, quando forem necessários, alguns equipamentos e materiais específicos.

d) Sala s de recursos: Tem as salas de recursos pedagógicos específicos à natureza das necessidades especiais do alunado, onde se oferece a complementação do atendimento educacional que são realizados nas classes comuns. Esses alunos devem ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, por professores especializados, onde essas atividades são realizadas em horários diferentes das aulas do ensino regular.

Por meio de uma análise retrospectiva da história da educação especial no Brasil permeada por lutas e conquistas em relação aos direitos humanos, posso localizar a minha trajetória escolar ao ingressar em uma escola regular de ensino fundamental em 1995. No processo de integração institucional, “os portadores de necessidades especiais” que possuem condição de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas no ensino comum, aos mesmos ritmos que os alunos ditos normais devem ser matriculados e frequentar as escolas regulares (Brasil, 199, p.19.).

Logo em seguida, na LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) a ideia de inserção escolar das crianças com deficiência é reforçada no capítulo V que trata da educação especial, ao afirmar que devem estar “preferencialmente” no ensino regular. No Art.58 “Entende-se por Educação especial, para todos os efeitos

desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A inclusão escolar é hoje um dos temas centrais das nossas políticas educacionais tanto no nosso país quanto em vários outros lugares do mundo. Essa tônica dada à inclusão ganhou destaque a partir de documentos internacionais como a Declaração de Jomtien em 1990, seguida da Declaração de Salamanca de 1994, só para citar alguns documentos. Bueno (2008) chama atenção para o fato de que a Declaração de Salamanca veio corroborar as preocupações ditas pela Declaração de Jomtien, na medida em que está proclama a “educação para todos”, porém, diz o autor, o texto evidencia a perspectiva de seletividade escolar e saliente que esta reconheceu o fracasso em relação ao atendimento a uma parcela significativa da população.

Segundo Bueno (199), a Declaração aponta da necessidade da qualificação do ensino para que possa ocorrer a inclusão e nesse sentido estamos diante de uma situação paradoxal: estabelece-se um discurso hegemônico de inclusão de aluno com deficiência no ensino regular, mas a realidade nos mostra uma situação completamente antagônica, a exclusão escolar, na medida em que a educação brasileira é marcada por essa dinâmica contribuindo com aumento ou manutenção da grande massa de analfabeto existente.

Assim, tomando como referência a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Educação Especial foi definida como uma modalidade educacional no âmbito da Educação Básica. Apesar disso, esse atendimento educacional especializado previsto nessa legislação foi proposto para ser realizado em escolas regulares, escolas especiais, classes especiais, salas de recursos, atendimento itinerante, e outras formas de organizar esse ensino.

Como desdobramento da LDB, a Resolução CNE/CEB 2/2001, no art.3º, define a educação especial como uma modalidade de educação escolar e também como um processo educacional, organizado institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam “necessidades educacionais especiais”, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001).

Já em relação ao princípio da inclusão escolar, em 2008 foi promulgado o Decreto nº 6.571 (BRASIL, 2008a) que enfatiza não a educação especial como modalidade, mas o atendimento educacional especializado – AEE nas salas de recursos multifuncionais como forma privilegiada de atendimento educacional. O Decreto 6.571 (BRASIL, 2008a) e o documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva (BRASIL, 2008b), foram elaborados com o intuito de “constituir políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos alunos” (BRASIL, 2008 bp.1). Estava colocada aqui a ideia de matricular compulsoriamente os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na faixa etária entre 6 e 14 anos.

A Resolução CNE/CEB 4/2009, no art.1º, estabelece que os sistemas de ensino devem matricular os alunos público alvo da educação especial nas classes de ensino regular e no atendimento educacional

especializado. No seu art. 4º define o público alvo do AEE como:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009).

Essas condições políticas colocavam para as escolas de ensino regular o desafio de serem acessíveis.

Com o documento Política Nacional da Educação Especial na perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008b, p.15), o atendimento educacional especializado –AEE tem como função complementar e/ou suplementar a formação dos alunos especificando que “o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar,

organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos considerando as suas necessidades específicas”.

Assim o poder público deve assegurar aos alunos público alvo da educação especial o acesso ao ensino regular e adotar medidas para eliminar barreiras arquitetônicas e pedagógicas que impeçam sua participação na escola da sua comunidade, em "igualdade de condições" com os demais alunos.

Segundo o Manual do Programa Escola Acessível (BRASIL, 2011), o Ministério da Educação apoiou projetos isolados de adequação arquitetônica para promoção de acessibilidade propostos pelas secretarias de educação entre 2003 e 2006. Em 2007, foi instituído o Programa Escola Acessível, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, Decreto nº 6.094/2007. A partir de 2008, o Programa Escola Acessível, passou a integrar o Programa de Desenvolvimento da Escola, por meio do Compromisso Todos Pela Educação e do Plano de Ações Articuladas – PAR. O programa Escola Acessível tem como objetivo geral:

Promover a acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações (BRASIL, 2011, p. 7).

Como objetivos específicos estão listados

“possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida“ (BRASIL, 2015).

Desde 2000, o Brasil dispõe de legislação que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, tal como a lei nº 10.098/2000.

Já em relação aos estabelecimentos de ensino, o decreto 5.296/2004, que regulamenta a lei citada anteriormente, prevê que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível etapa ou modalidade, público ou privados proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os ambientes ou comprimentos para

peças com deficiências ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aulas, bibliotecas, auditório, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, área de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

Desse modo, ao promulgar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência- CDPD (ONU/2006), por meio do Decreto nº 186/2008 (BRASIL, 2008c) e nº 6.949/2008 (BRASIL, 2008d), o Brasil assume compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência no sistema educacional, incluindo todos os níveis que adotam medidas para garantir as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão das deficiências.

O artigo 9º da CDPD, que fala do conceito de acessibilidade, assegura que:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiências viver de forma independente e participativa plenamente de todos os aspectos de vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência com acesso, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, bem como outro serviço e instalações abertas ao público, tanto na zona urbana como na zona rural (BRASIL, 2008).

Este documento também informa sobre a garantia de acessibilidade urbana, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação.

2.1.1 CONCEITO DE ACESSIBILIDADE ESCOLAR

O conceito de acessibilidade é reconhecido em várias áreas do conhecimento sendo constituído por muitas polêmicas (LOBO, CARDOSO e MATOS, 2010).

A Lei N° 10.098 (BRASIL, 2000), em seu artigo 2º, define acessibilidade como:

"Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida".

A Convenção sobre os Direitos das Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2008), em seu Artigo 9º contempla que Acessibilidade traz a possibilidade das pessoas com deficiência viverem de forma independente para participar plenamente de todos os aspectos da vida. Sendo assim, o referido documento estabelece que:

"Os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e

instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural".

Outro conceito importante nessa pesquisa é o de barreiras, definido na mesma lei como:

"Qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em”:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;

d) “barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa”.

Para Correia e Manzini (2012, p. 213 e 214), a superação das barreiras “é importante não somente para as pessoas com PC, mas também as pessoas que apresentam alguma deficiência transitória que também poderão utilizar os recursos da acessibilidade”.

Segundo Sartoretto e Bersch (2010, p.10 e 11), “o aluno com alguma deficiência que não consegue escrever com a própria mão por não ter coordenação motora para fazer algumas das suas atividades escolares, pode ter recursos que sejam acessíveis para que tenha um bom rendimento

escolar. Por exemplo, podemos encaixar o lápis da criança em uma bola de espuma, para facilitar a preensão e ter mais habilidade quando escreve. Assim ela pode desenvolver sua escrita sozinha, sem depender do outro para fazer suas atividades escolares”.

Mesmo quando as adaptações no lápis não são suficientes para a criança escrever, podemos usar uma prancha de letras que são indicadas para escolher, letra a letra, enquanto um colega, ou um professor realiza o registro da escrita. Vejo que materiais adaptados são muito importantes para os alunos com deficiência, pois o aluno pode fazer suas atividades escolares sozinho sem depender totalmente do outro. Quando eu entrei na faculdade, não conseguia fazer os meus trabalhos acadêmicos sozinha, precisava sempre que estivesse alguma pessoa para me ajudar. Depois de algum tempo na Universidade Federal de Santa Catarina, tive a necessidade de ter algum tipo de material especializado para eu fazer os meus trabalhos com independência. Sendo assim, fui avaliada quanto à coordenação motora e foi sugerido que eu usasse um teclado colméia, para eu ter mais autonomia. O teclado colmeia é um teclado coberto por uma placa de acrílico transparente. “A colmeia é uma placa com furação coincidente às teclas e utilizada por alunos com problemas de coordenação motora. Esse recurso tem o objetivo de eliminar ou diminuir os erros de digitação” (Sartoretto e Bersch, 2010, p. 13). Hoje sei que há muitos outros recursos de acessibilidade para auxiliar a escrita de pessoas com comprometimento na coordenação motora das mãos e braços como eu.

O estudo realizado por Melo e Martins (2007), que relata uma pesquisa sobre algumas barreiras arquitetônicas enfrentadas por pessoas com paralisia cerebral que estudavam em escolas regulares, mostram

muitas situações parecidas com as que eu vivi no meu período de escolarização. Mesmo com tantas barreiras, o que me motivou a continuar os estudos foi a minha persistência e a motivação dos familiares, como minha mãe e minha irmã. Minha mãe, por me levar todos os dias para as aulas e minha irmã, por me ajudar nos deveres de casa, escrevendo o que eu ditava.

“Alguns autores definem acessibilidade como um processo de eliminação de barreiras, não só física, mas do campo de informação das atitudes”. O aspecto atitudinal da sociedade pode fazer com que as pessoas com deficiências sintam-se integradas com o meio, sujeitos participantes de uma realidade, e, portanto, as atitudes podem facilitar o processo de inclusão escolar da criança com PC ou se tornar uma barreira que inclui esses cidadãos do direito de participação na sociedade. “Outra definição apresenta a acessibilidade como uma condição que cumpre um ambiente espaço ou objeto para utilização por todas as pessoas” (CORREIA e MANZINI, 2012).

A seguir, analiso alguns documentos que indicam como a educação especial está inserida hoje nas escolas da rede municipal de Florianópolis.

2.2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

A Educação Especial na Rede Municipal de Florianópolis/SC visa garantir para alunos com deficiências, com transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, que frequentem a escola da classe comum, as condições de acesso ao processo de escolaridade. A rede de ensino de Florianópolis atualmente atende um total de 32.670 alunos,⁵ sendo 16.584 no ensino fundamental. Em relação aos estudantes vinculados à educação especial na RMF, há registro de 711, dos quais 51 com deficiência auditiva, 20 com deficiência visual, 190 com deficiência intelectual, 71 com deficiência “Motora-física”, 64 com deficiência múltipla, 203 com diagnóstico de TEA, 3 com altas habilidades/superdotação e 109 em avaliação. Portanto, subtraindo aqueles em avaliação, a RMF apresenta um registro de 602 estudantes vinculados à educação especial.⁶

Os estudantes vinculados à educação especial e ao ensino fundamental são 431, dos quais 5 têm deficiência

5

Dados do mês de julho de 2016, coletados pela Secretaria de Educação da RMF, registrados em documento de agosto de 2016, conforme o anexo nº 2.

6

Dados do mês de outubro de 2016, coletados pela Secretaria de Educação da RMF, registrados em documento de novembro de 2016, conforme o anexo nº 3.

auditiva, 13 tem perda auditiva parcial, 2 são cegos, 11 tem baixa visão e 18 são alunos com paralisia cerebral, 154 com deficiência intelectual, 107 com transtorno do Espectro Autista e 2 com altas Habilidades, e 48 alunos estão em avaliação.

Para os efeitos deste trabalho, cumpre ressaltar o registro de 71 estudantes com deficiência motora-física na RMF, e 18 estudantes com paralisia cerebral no ensino fundamental da RMF.

Vimos que nos últimos 20 anos a Educação Especial passou por algumas mudanças muito importantes. Dentre essas mudanças destacamos a perspectiva inclusiva. Foram identificadas mudanças nas funções da modalidade educação especial que passa a não ter como finalidade substituir a escolarização que ocorre na classe comum. Com essa compreensão o atendimento educacional especializado (AEE), oferecido pela modalidade de Educação Especial,

tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviço ou recurso de acessibilidade e algumas estratégias que possam eliminar algumas barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009b).

Tal atendimento tem sido desenvolvido na rede municipal de Florianópolis mediante o funcionamento das salas multimeios, definidas como, no Art. 7

espaços localizados nas unidades educativas polo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental dotadas de equipamentos,

mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para oferta do AEE. Em cada sala Multimeios atuam professores de Educação Especial e, conforme a demanda de estudantes como surdez e professor de Libras. Parágrafo Único. “As unidades educativas polos são responsáveis por unidades de abrangência da Rede Municipal do Ensino de Florianópolis e da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e instituições conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação” (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 4).

Atualmente estão em funcionamento 23 salas multimeios com suas respectivas unidades de abrangência.⁷

Segundo a Portaria 122/2016, que estabelece as diretrizes da política de educação especial da rede municipal de ensino de Florianópolis, são considerados princípios desta política o direito à educação, o direito à diferença na igualdade de direitos e o direito à acessibilidade (FLORIANÓPOLIS, 2016).

Para discutir as condições de acessibilidade escolar na educação básica, tomamos como campo empírico uma escola de ensino fundamental da rede municipal de Florianópolis. O critério de escolha da escola foi a referência à minha trajetória escolar, portanto, foi eleita a escola na qual estudei da 1^a à 8^a série do ensino fundamental: a E. B. M. Dr. Paulo Fontes.

7

Conforme dados consultados do Relatório Pólos e Abrangência – 2016, anexo n° 3.

2.3 A ESCOLA BÁSICA DR. PAULO FONTES

A Escola Básica Municipal Dr. Paulo Fontes está localizada na Rua Professor Osni Barbosa nº 168, bairro Santo Antônio de Lisboa, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, e integra a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Conforme dados disponíveis no documento Regimento Escolar de 2012, esta escola foi inaugurada em 1954, como uma escola isolada, e em 1975 passou à categoria de escola básica com implementação das turmas de 5ª a 8ª série, tornando-se, portanto, a escola Básica Dr. Paulo Fontes. O lema da escola é: “Conhecer, Participar e Transformar”.

A escola Básica Dr. Paulo Fontes, orienta-se por regimento próprio. Entre os objetivos e princípios que a escola tem, há um que está ligado à acessibilidade: “garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola”, considerando suas diferenças, número máximo de estudantes por turma, regras de convivência construídas coletivamente e assegurando a integridade física de todos e qualidade do ensino.

Embora não funcione o atendimento educacional especializado na escola em questão, ela dispõe de espaço físico para uma sala multimeios, mas não dispõe dos equipamentos e de professor do AEE. Além disso, o regimento da unidade prevê na seção XI – Do professor de Educação Inclusiva:

art. 21º - No art. 21º - Competente da sala de multimeios, que promove o atendimento educacional especializado aos estudantes cegos, com baixa visão, surdos, surdos-cegos e com dificuldades motoras.

A escola Paulo Fontes é considerada unidade de abrangência do polo de AEE do NEI Raul Francisco Lisboa, localizado duas quadras depois da escola.

Em relação à acessibilidade arquitetônica, em 2014, a SME da rede registra em seu sítio eletrônico que a escola Paulo Fontes seria contemplada com o Programa Escola Acessível. Contudo, informa que:

O Programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste Programa são financiáveis as seguintes ações: Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora. Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de Tecnologia Assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2014).

A condicionalidade da liberação do recurso para fins de acessibilidade para aquelas escolas com salas de recursos implantadas pode ter contribuído para que a escola Paulo Fontes não tenha recebido os recursos.

Considero que até os dias atuais a escola Dr. Paulo Fontes é um espaço que carecer de condição de acessibilidade e que continua não contribuindo para a escolarização dos alunos com deficiência física. Inclusive houve um relato de uma das entrevistadas que atualmente um aluno com deficiência física está matriculado, mas deixou de frequentar a escola por falta de infraestrutura.

Passaremos a seguir a apresentar um relato das condições atuais de espaço físico da escola.

Período	Nº de aluno	Nome das Deficiências:
1995- 2005 . Kamila . Aroldo .Éder . Sandro . Maribel Janaina	1 1 1 1 1 1	Paralisia cerebral, Física Deficiência Física Deficiência Intelectual
. 2006 á 2010 . Jenefer	1	Deficiência Física
2016 Eduardo Gabriela	1 1	Tretaplegia Síndrome de Down

2.4 O ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA DR. PAULO FONTES

Para a realização da pesquisa de campo na escola Dr. Paulo Fontes foi utilizado um inventário para orientar a coleta e análise dos dados acerca das condições de acessibilidade da escola. Este material é um manual referência que sugere um conjunto de observações mediante a aplicação de planilhas. A planilha é composta com perguntas sobre o espaço físico e suas condições. A aplicação das questões foi realizada com a equipe

pedagógica da escola e segue as especificações da legislação (SME, 2014).

A Foto 02 (em anexo), está mostrando uma escada de não acesso à sala de aula.

A seguir estão apresentados os itens de avaliação das planilhas e os comentários acerca das condições de acessibilidade observadas na escola.

2.4.1 A Rua Em Frente à Escola - Atravessando a rua:

Não há faixa de pedestres em frente à escola. Tem um elemento que permite a travessia com segurança que é a placa sinalizada para os carros diminuírem a velocidade, por ser uma área escolar. Depois do horário de entrada, não há muito movimento na rua em frente, conforme Fotos nº 81 e 82 (em anexo), mostrando imagem a rua enfrente a da escola.

Existem calçadas dos dois lados da rua, porém as calçadas não são rebaixadas em nenhum lado da rua, e creio que seria difícil para as pessoas em cadeiras de rodas atravessarem a faixa com segurança, conforme fotos nº 84,85 e 86 (em anexo).

2.4.2 Do portão da escola à porta de entrada:

Estando na calçada é possível identificar o prédio da escola.

As calçadas são todas pavimentadas, porém são muitos estreitas, mas não tem buracos e nem degraus. O pavimento da calçada é regular e plano e sem buracos que dificultam a passagem das pessoas. É possível percorrer a calçada sem encontrar obstáculos, como placas, floreiras, lixeiras, mas tem um poste no meio da calçada, já galhos de árvores e entulhos não foram encontrados.

Não é possível percorrer a calçada sem encontrar obstáculos, pois, tem uma lixeira em cima da calçada, e

também um poste no meio dela, percebo que esses obstáculos que estão no meio da calçada, dificultam muito para a passagem de pessoa com cadeira de rodas. Quando há degraus ou desníveis, eles não são menores que um centímetro e meio, aqui vejo de como uma pessoa que tenha alguma deficiência física poder ser locomover, com tanto obstáculo que é encontrado ao logo desse caminho. vide fotos nº 111, 112 e 114 (em anexo).

2.4.3 Paradas de ônibus:

Não existe parada de ônibus próximo à entrada da escola (Foto nº 87).

O percurso entre o ponto de ônibus e a escola Dr. Paulo Fontes é de 10m e 20 centímetro (Foto nº 84, 85 e 86).

O lugar em que o ponto está localizado não é nada acessível, pois o ponto fica em uma ladeira, e isso dificulta a locomoção das pessoas com deficiências, principalmente para aqueles que são cadeirantes ou tem mobilidade reduzida.

O piso entre a parada do ônibus e a escola não é sinalizado, não há piso tátil direcional e/ou de alerta para as pessoas com deficiência visual, conforme fotos nº 111,112 e 113.

2.4.4 Estacionamento:

Não existe estacionamento na escola, os carros dos professores ficam fora do prédio. Não existem vagas de estacionamento para pessoa com deficiência.

O trajeto entre o portão e o prédio da escola é pavimentado. Esse pavimento é regular, plana e sem buraco, vide foto nº 84.

Não existe rampa de acesso à escola para pessoa em cadeira de roda ou que apresente dificuldades de locomoção.

2.4.5 Caminho até a porta de entrada:

O portão de entrada é separado da entrada dos carros, porém não há circulação de carros dentro da instituição.

Não existem campainhas nem interfones na escola Dr. Paulo Fontes, sendo assim fica difícil das pessoas com cadeira de rodas abrirem o portão dessa unidade.

O percurso entre o portão da escola até a porta de entrada é pavimentada, mas tem alguns lugares da calçada entre o portão da escola até a porta de entrada que são irregulares e muito estreitos.

A pavimentação desse caminho é regular, plana, e sem buracos e também não há degrau ao longo desse caminho (fotos nº 110).

A pavimentação é antiderrapante em dia de chuva, conforme foto nº 84.

É fácil identificar a porta de entrada da escola, há degrau na porta de acesso à entrada e não existe rampa para permitir que todos tenham acesso à instituição (Fotos nº 70 e 80).

2.4.6 Recepção e sala de atendimento de salas de atendimento:

Na recepção não há balcão de atendimento que seja visto a partir da entrada da escola e também não existe placa que identifique a localização daquela sala.

Não existe balcão de atendimento que permita a chegada de uma pessoa em cadeira de rodas, ou que seja mais baixo e com espaço de aproximação para as pernas.

Não existe mobiliário na recepção.

No ambiente da recepção não há contraste de cor de piso, entre as paredes e móveis, a fim de facilitar a orientação de pessoas que tem baixa visão (Foto nº 123 imagem da frente da escola).

2.4.7 Comunicação visual/ tátil/auditiva:

Não existe placa, com letra grande e contraste que indique o caminho a seguir para chegar aos demais ambientes da escola, como salas de aulas, e refeitório.

Também não existe uma recepção na escola e placas nas salas de diferentes setores como a secretária, direção e coordenação, não tendo, portanto, sinalização para as salas. As portas dos diferentes ambientes como a secretaria, direção e coordenação são da mesma cor. As portas de cada ambiente como as da secretaria, direção, coordenação, refeitório etc, possuem placas com letras pequenas.

Somente as placas de saída principal possuem letras grandes. As placas não são com relevo em Braille, mas tem altura adequada entre 90 e 110 centímetros, que identificam seu uso visual (Foto 75 e 76).

Não existe Mapa Tátil na recepção que possibilite os usuários com deficiência visual se localizar e identificar em locais diferentes e definir os caminhos a seguir, assim ele sempre vai depender de outra pessoa para pode ser locomover.

Não existe mapa Tátil direcional que guie as pessoas com deficiência visual. Também não há um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditivas, ou pessoas com surdocegueira, prestado por pessoas habilitadas ou por um equipamento de tecnologia assistiva como computadores adaptados.

2.4.8 Telefones públicos:

Há um telefone, com altura máxima de 1,20m altura inferior livre de 73 centímetros, acessível a pessoas em cadeira de rodas.

Não há um telefone com amplificador de sinal para a utilização da pessoa que tem audição reduzida (Foto 70).

2.4.9 Corredores:

Não há elemento presente nos corredores, como lixeiras, bebedouros, telefones públicos, extintores de incêndio, vasos de plantas móveis, placas, etc.

Não há obstáculos que atrapalhem a passagem, porém tem algum obstáculo eles não estão identificados com piso tátil, pois em nenhum lugar da escola Dr. Paulo Fontes há piso tátil.

Não há contraste de baixa visão entre o piso, para as portas, a fim de facilitar a orientação de pessoas que tem baixa visão.

Já os pisos da escola são todos regulares, isso facilita muito para pessoas cadeirantes andarem nesse espaço, também eles são antiderrapantes, regulares e estão todos em boas condições.

Não existe rampa quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros.

Os corredores não são muitos amplos, e também não existe piso tátil direcionado em cor e textura contrastante com piso da circulação para guiar as pessoas com deficiência visual.

Todas as salas de aulas são no nível superior (2º piso) sendo necessário utilizar as escadas para ter acesso a elas. Não há elevador nessa instituição. Existe uma rampa de acesso ao segundo piso com mureta de proteção, mas é externa ao prédio escolar.

A mureta é grande e tem uma altura mínima de 1 metro e 10 centímetros, é rígida e está bem fixada.

Não há placas indicativas que orientem as saídas das escadas, rampas e outras direções importantes, apenas contém placas sinalizando a saída principal.

Todas as portas de cada ambiente tem identificação de seu uso com letras grandes e em cor contrastante com o fundo, juntos às portas de cada ambiente.

Junto às portas de cada ambiente, existe placa com letra em relevo ou em Braille, na altura entre 90 e 110 centímetros, que identifique seu uso para pessoa deficiente visual.

As portas ao seu marco não possuem uma cor contrastante com a da parede, sendo assim é difícil a sua identificação.

Os vãos das portas dos ambientes possuem uma largura de no mínimo de 80 centímetros.

Não há existência de portas do tipo vaivém, não há visor ao alcance dos olhos das pessoas em diferentes estaturas, como crianças menores e pessoas que se locomovem em cadeiras de rodas.

Todas as maçanetas são em forma de alavanca (Foto 73).

O desnível entre o corredor e as salas adjacentes não é de meio centímetro.

2.4.10 Bebedores:

A bica do bebedouro permite a sua utilização com copo.

A bica do bebedouro possui altura de 90 cm do piso.

Também os bebedores possuem altura livre inferior no mínimo 73 centímetros do piso para aproximação de uma cadeira de roda e o espaço em

frente aos bebedouros é grande e suficiente para uma cadeira de rodas.

O bebedouro pode ser utilizado por crianças pequenas ou pessoas de baixa estatura (Fotos 16, 17 e 18).

2.4.11 Escadas e Rampas:

Escadas

A largura mínima das escadas é de 1 metro e 20 centímetros.

A escada e os patamares possuem piso antiderrapante, firme, regular e estável.

Os espelhos dos degraus são fechados, não vazados.

Os degraus das escadas têm altura entre 16 e 18 centímetros.

Todos os degraus, ao longo de todas as escadas têm profundidade entre 28 e 32 centímetros.

Todos os degraus ao longo das escadas têm os mesmos tamanhos e o mesmo termo e profundidade.

A escada não tem borda de cor e contrastante nos degraus para auxiliar as pessoas com baixa visão não identificadas.

Existe patamar sempre que houver mudança da direção de escada.

Na existência de patamar, ele não tem a mesma largura da escada, pois esse patamar são maiores do que a da largura da escada.

O comprimento do patamar é de 1 metro e 20 centímetros.

O patamar está livre de obstáculos, como vasos, móveis, abertura de portas que ocupem sua superfície útil.

O primeiro e o último degrau de um lance de escada estão da circulação, de uma distância mínima de 30 centímetros.

Não existe no início e no final de cada escada, uma distância mínima de 30 centímetros do primeiro degraus e também não tem piso tátil de alerta em cor contrastante com piso de circulação para avisar os deficientes visuais do final de escada, conforme Fotos 1 e 2.

2.4.12 Rampas:

A escola tem uma rampa, porém essa rampa fica por lado de fora da instituição.

A largura mínima dessa rampa é de 1 metro e 20 centímetros.

O patamar tem um de comprimento de mínimo de 1 metro e 20 centímetros.

O patamar está livre de obstáculo, como vasos, móveis aberturas de portas que ocupem a sua superfície atual.

A rampa da escola Dr. Paulo Fontes tem inclinação e o formato dela está de acordo com a seção 6.5 da NBR 905/04.

Não existem, no início e no final da rampa, uma distância mínima de 30 centímetro do primeiro degraus, também não existe piso tátil de alerta em cor contrastante com piso da circulação, que alerta as pessoas com deficiência visual sobre a existência da rampa (fotos 38, 39 e 40).

2.4.13 Corrimão e grade de proteção para rampa e escada

Não existem corrimãos nos dois lados da rampa, só nas escadas têm corrimãos dos dois lados (Foto 40).

Existe parede e também tem grade de proteção como (guarda- corpo) ou longo das escadas já rampa não existe grade de proteção sobre ela, essa rampa só tem parede nos lados.

Essas paredes ou grades de proteção possuem, no mínimo 1 metro e 5 centímetros de altura.

Os corrimões não são contínuos ao longo de toda a escada, e sem interrupção nos patamares, já na rampa não existem corrimões.

Os corrimões têm prolongamento de no mínimo, 30 centímetros antes do início e após o término da escada (Fotos 45, 46 e 48).

2.4.14 Salas de aulas:

No ambiente das salas de aulas não há contraste de cor entre o piso e as paredes e móveis, para facilitar a orientação de pessoas com baixa visão.

As carteiras não têm a largura, altura e formato, que permita a aproximação e uso dos alunos cadeirantes.

Todas as cadeiras são do mesmo padrão, então não há cadeiras especificamente para as pessoas com deficiência como, por exemplo, do tamanho do aluno, como estatura baixa ou criança com obesidade.

Existem estantes nas salas de aulas, e as suas prateleiras podem ser alcançadas pelas crianças menores ou crianças em cadeira de rodas.

O corredor entre as fileiras de carteira não é largo o suficiente para a passagem de cadeira de rodas.

O quadro-negro possui a altura que permita seu alcance por crianças menores ou cadeira de rodas.

Ao longo do dia o quadro negro está sempre livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a visualização dos alunos.

O espaço em frente ao quadro negro é longo e suficiente para a passagem e manobra de uma cadeira de rodas (foto 11).

2.4.15 Laboratórios e Salas de Artes:

No laboratório é preparado para uso de todos os alunos, inclusive as pessoas com deficiência, porém ele não possui contraste de cor entre o piso, paredes e móveis, não tem uma cor apropriada, sendo assim esse ambiente não é facilitador para pessoas com baixa visão.

Também neste laboratório não é possível que as pessoas em cadeira de rodas circulem e manobrem pela sala até os principais equipamentos, como mesas de trabalho, no computador, pia e armários e quadro negro (foto 121).

Não há uma mesa de trabalho sem obstáculo como pés, gaveteiros, banco fixo, com 73 centímetros - do pé ao tampo – que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas.

Este laboratório atende alunos de diferentes estaturas, mas suas cadeiras não são adaptadas às dimensões especificamente para aquele que precisa, pois todas as cadeiras são cadeiras sem adaptação.

Os objetos em prateleira podem ser alcançados pelas crianças menores ou em cadeira de rodas.

Não há um computador com tecnologia acessível, como Dosvox etc, para as pessoas com deficiência visual.

O quadro possui altura que permite o seu alcance por crianças menores ou que utilizem cadeiras de rodas.

Ao longo do dia, o quadro-negro está sempre livre de área de incidência de luz que cause ofuscamento assim, ele não dificulta a sua visualização.

Nessa sala não há uma pia sem obstáculos, como coluna e armário, não há vão livre de 73 centímetros que permite a uma aproximação de pessoa que utilizem cadeiras de rodas.

As torneiras da pia não são de fácil alcance nem de manuseio por uma pessoa com mobilidade reduzida.

Os acessórios da pia, como toalheiro, cesto de lixo e saboneteira, não estão instalados a uma distância

acessível a uma criança ao uma pessoa em cadeira de rodas.

2.4.16 Salas de Recursos Multifuncionais:

Na escola Dr. Paulo Fontes tem um espaço destinado à sala de recursos multifuncional, porém não está em funcionamento pela ausência de equipamentos a serem utilizados com os alunos com alguma deficiência que frequentam essa instituição. Os estudantes são atendidos pelo polo localizado a duas quadras de distancia da escola, na unidade de Educação infantil do Nei Raul Francisco Lisboa.⁸

2.4.17 Biblioteca:

Pude perceber que na biblioteca da escola Dr. Paulo Fontes não há contrastes de cor entre o piso, paredes e móveis para facilitar a orientação de pessoas com baixa visão.

É possível a pessoa em cadeira de rodas circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades, como mesas de trabalhos e de computador, estantes e balcão de empréstimo.

As mesas de estudos ou de computador estão livres de qualquer obstáculo, como por exemplo: pés e gaveteiros que impeçam a aproximação de pessoas de cadeira de roda.

Nessa biblioteca não tem mesas com altura adequada ao uso de pessoas de cadeira de roda ou pessoas com baixa estatura.

8

Tentei ir até essa unidade para visualizar essa sala, porém há uma burocracia que não permite uma observação sem ter uma carta da secretaria municipal da educação.

A largura dos corredores na biblioteca não é adequada para as pessoas cadeirantes manobrar a sua cadeira para fazer a escolha de livro, sendo que essa pessoa sempre vai precisar de ajuda de outra pessoa para poder fazer a escolha do seu livro.

Ao final de cada corredor de estantes, é possível manobra com a cadeira de rodas.

Os livros, nas prateleiras, podem ser alcançados pelas crianças menores e pessoas em cadeira de rodas. (Fotos nº 07,08 e 09).

O balcão de empréstimo permite que uma pessoa em cadeira de rodas o utilize, ou seja, o balcão é mais baixo e há recuo para as pernas, conforme foto 09.

Na escola Dr. Paulo Fontes não existe computador com programa de leitor de tela para os alunos com deficiência visual.

2.4.18 Auditórios:

Não há auditório na Escola Dr. Paulo Fontes devido a falta de espaço nessa instituição.

2.4.19 Sanitários:

Os banheiros da escola Dr. Paulo Fontes são acessíveis, pois existe pelos menos um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário e lavatório acessível para as pessoas com deficiência que frequentam essa escola.

Os sanitários são acessíveis por estarem localizados no pavimento térreo, porém cumpre ressaltar que as salas de aulas localizam-se no segundo andar, sendo assim dificulta muito a locomoção das pessoas com cadeira de rodas.

As portas dos sanitários possuem vão de abertura de no mínimo, 80 centímetros.

O desnível entre o sanitário e a circulação é de, no máximo, meio centímetros de altura.

Não é possível para uma pessoa, circular com cadeira de rodas, circular pelo sanitário, e manobrar a sua cadeira, para ter acesso o boxe e lavatório (Fotos 19, 20, 21 e 22).

2.4.20 Lavatórios acessíveis:

Existe, pelo menos, um lavatório suspenso, sem armário ou coluna, para possibilitar a aproximação de uma cadeira de rodas, porém somente no sanitário feminino.

Em frente a esse lavatório, há espaço suficiente para a circulação de uma cadeira de rodas, mas no banheiro masculino não há lavatório acessível, porém tem a possibilidade de aproximação da cadeira de rodas, em frente desse lavatório há um espaço suficiente para a circulação e manobra cadeiras de rodas.

Em frente, a esse lavatório, há espaço suficiente para circulação e manobra uma cadeira de roda.

A altura entre os lavatórios é no mínimo, de 73 centímetros e permite a aproximação de uma pessoa com cadeira de rodas.

As torneiras de lavatório são facilmente manuseadas por uma pessoa com mobilidade reduzida nas mãos.

Os acessórios dos lavatórios, como toalheiro, cesto de lixo, espelho, saboneteira, estão instalados a uma altura e distância acessíveis a uma criança ou pessoa em cadeira de rodas. Sendo assim esse objeto é acessível para todas as crianças dessa instituição, e também para as crianças que tenham algum tipo de deficiências ou sem deficiência (Fotos 25, 26 e 28).

Boxes sanitários acessíveis:

O boxe acessível não tem dimensões mínimas de 150 x 150 centímetro.

Não há um espaço suficiente que permita transferir uma pessoa em cadeira de rodas para vaso sanitário.

O assento do vaso sanitário não está a uma altura entre 45 e 46 centímetro.

Não há localização e a dimensões das barras de apoio junto o vaso sanitário não obedecem à seção 7.3.1.2, da NBR 9050/04.

O porta papel higiênico está em um posição confortável.

A descarga está a uma altura de 1 metro do piso e é fácil de ser acionada.

Não existe um vaso sanitário infantil para crianças menores ou pessoa com baixa estatura.

A porta do boxe acessível não possui vão de abertura de, no mínimo, 80 centímetros.

A porta do boxe acessível não abre totalmente para fora, sem encontrar nenhum obstáculo.

Além da barra horizontal a porta também não possui maçaneta tipo de alavanca a uma altura entre 90 e 110 centímetro para pessoas com mobilidade reduzida nas mãos.

Mictórios acessíveis:

Não há área livre ao redor do mictório com dimensões mínimas de 120 x 80 centímetros.

A localização e as dimensões das barras de apoio, junto ao mictório não obedecem á seção 7.3.7.4, da NBR 9050/04 (Foto nº 27).

2.4.21 Trocador em Sanitário Acessível:

Não há trocador na escola Dr. Paulo Fontes.

2.4.22 Refeitório:

No refeitório da escola do Dr. Paulo Fontes não há contraste de cor entre o piso, paredes e móveis, sendo assim não facilita a orientação para pessoa que tem baixa visão.

Há pelo menos, uma mesa comunitária sem obstáculo, com pé e banco fixos, com vão livre de 73 centímetros - do pé ao tempo - permite a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas.

As mesas não estão destinadas ao uso de pessoa em cadeira rodas, porém, todas as crianças estão integradas uma com a outra, e é fácil o acesso ao balcão da distribuição das refeições.

As mesas do refeitório não possuem cadeira, são bancos, mas possuem a dimensão de acordo com qualquer tipo de usuário, porém esses bancos são um pouco desconfortáveis para crianças pequenas ou pessoas obesas.

É possível manobrar com cadeiras de rodas entre a mesa do refeitório; é possível circular e manobrar a cadeira de rodas em frente ao balcão de distribuição de alimentos.

Esse balcão possui uma altura confortável para visualização dos alimentos por pessoas em cadeira de rodas ou crianças pequenas (fotos nº 60, 61 e 62).

2.4.23 Quadra de esportes:

Na quadra de esporte da escola Dr. Paulo Fontes não existe rota acessível que permite às pessoas com mobilidade reduza chegam à quadra, aos bancos/arquibancada e vestiários.

Não existe rota acessível, e nem piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra e dos bancos, sanitário e vestiário.

Não há contraste de cores da pintura do piso da quadra e demais elementos como, por exemplo: nas traves, redes ou na cesta.

Todo o espaço ao redor da quadra de esportes não apresenta degraus ou buraco.

Existe um espaço reservado, entre os bancos ou na arquibancada, com um tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas.

Esse espaço reservado não é de fácil acesso pelo corredor e atrapalha a circulação das pessoas que tenham alguma deficiência.

Não tem sanitário e vestiário acessíveis próximos à quadra de esportes.

No caso de prática de esportes por pessoa que utilizam cadeira de rodas do tipo “cambada”, os vãos livres das portas existentes na rota acessível, nos sanitários e vestiários, não são de no mínimo um metro pois, a escola Dr. Paulo Fontes não tem sanitário e nem vestiários acessíveis (fotos nº 53, 58 e 59).

2.4.24 Pátios:

Os pátios internos da escola Dr. Paulo Fontes não têm contraste de cor entre o piso e as paredes a fim de facilitar a orientação de pessoas que possuem baixa visão.

O pátio externo tem contraste de cor entre o piso e a grama.

O piso do pátio é antiderrapante, assim em dias de chuva não há perigo de ocorrer algum acidente.

A cor de piso não evita o ofuscamento de visão em dias de muito sol.

Os pisos são nivelados, ou seja, sem buracos o que facilita a circulação de cadeira de rodas.

Não há rampa quando há desníveis maiores que 1,5 centímetros.

Não é possível atravessar o pátio, num percurso seguro, sem encontrar obstáculos, pois têm vários bancos no meio do pátio, telefones, bebedores, extintores de incêndios, vasos de plantas lixeiras, etc, que atrapalham a circulação das pessoas.

Caso existam obstáculos atrapalhando a passagem, eles não estão identificados com piso tátil que possa alertar as pessoas que tenham deficiência visual.

O pátio é muito amplo e sem limite definido, sendo assim não existe piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até os principais acessos.

Existe grade de proteção que evite quedas nos pátios localizados em terrenos inclinados ou em pavimentos elevados.

A grade de proteção apresenta altura mínima de 1 metro e 10 centímetros, é rígida e está bem fixada.

Não há placa indicativa no pátio, para orientem para saída das escadas, rampa e outras direções que seja importante. Foto nº 77

2.4.25 Parque Infantil:

Na escola Dr. Paulo Fontes não existe parque infantil.

3 Considerações da equipe pedagógica acerca do espaço físico da Escola Dr. Paulo Fontes:

Nessa parte do trabalho vamos apresentar como os profissionais da escola Dr. Paulo Fontes se manifestam acerca da acessibilidade na instituição. Percebi pela fala desses profissionais que eles estão insatisfeitos com o espaço físico da escola e preferiam que o colégio fosse em outro lugar. Esses profissionais informaram que o atendimento educacional

especializado é oferecido para os estudantes da escola é realizado no Nei Raul Francisco Lisboa, e não na própria escola Dr. Paulo Fontes.

“As condições de acessibilidade escola Dr. Paulo Fontes, no sentido do espaço físico não são mesmas condições a sala disponível no Nei Raul, pois no Nei Raul tem uma sala com todos os equipamento e um professor especializado da área de Educação especial para trabalhar com alunos que tenha alguma deficiência, já na Escola Dr. Paulo Fontes a sala do AEE está disponível somente o espaço, sem nenhum equipamento para trabalhar com as crianças que tenha algum tipo deficiência” (Luiza).

Já sobre a acessibilidade que consiste na possibilidade e condição de alcance para a utilização, com autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida [...] (Art.2º Lei 10.098/00); com a fala de Mariana, pode-se perceber que a escola não teve um incremento de acessibilidade, visto, a seguinte falar:

“O que se sabe é que precisamos ter uma acessibilidade melhor, mas em relação à pergunta nº 2, não sabemos se a escola se adequou à acessibilidade encontrada na lei” (Mariana).

Em relação à inclusão escolar foi perguntado para umas das entrevistadas quantos alunos têm algum tipo de deficiência e quantos alunos com alguma deficiência já estudaram nessa escola. Maria comente sobre o número total de estudantes e daqueles com deficiência.

“Na escola Dr. Paulo Fontes o número exato de alunos que estudam atualmente em nossa escola são 305 estudantes no total e os alunos que tem alguma deficiência que estudaram na escola foram oito alunos. Em 2016 tem uma aluna com síndrome de Down” (Maria).

O espaço físico da Escola Dr. Paulo Fontes, pude perceber que nos dias atuais que não é acessível para as pessoas com e sem deficiência, sendo assim foi perguntado sobre o espaço físico da escola: “Atualmente o espaço físico é razoável, porque se esperar muito em relação ao prefeito para ter uma reforma da escola, essa reforma até nos dias de hoje não aconteceu. Só vivemos de promessa”. (Luiza).

Sabemos que para um aluno ter uma educação de qualidade é preciso ter também espaço físico com qualidade, pois se essa escola não estiver com boa condição isso também pode afetar a aprendizagem dessa criança. Pela fala de Maria pude perceber que os alunos também não estão satisfeitos com esse espaço aonde eles estudam;

“Não, por dois motivos as crianças insatisfeitas com espaço. Os demais os alunos falam que precisam de um espaço físico, cobertura para as aulas de educação física e também as crianças pequenas querem muito um parque para elas brincarem na hora do recreio”.

“O espaço físico na escola Dr. Paulo Fontes em si é um espaço bom, mas a infraestrutura da instituição que não está preparada para as crianças pequena ou para pessoa que tenha alguma deficiência física, assim se percebe que os próprios alunos não estão satisfeitos com o espaço físico da escola. Porém, o espaço físico que eles mais gostam é do pátio por ser uma área livre, usada para o lazer e as aulas de física. Também eles gostam muito da sala de informática pelo acesso à tecnologia” (Giovane e Luiza).

Fazendo uma análise sobre o espaço físico da escola Dr. Paulo Fontes, pude perceber que essa instituição não está preparada para receber alunos com deficiência, pois não participa do programa Federal de Escola Acessível. Mas o que me chamou atenção foi no regimento da escola constar a sua participação nesse programa. Assim foi perguntado para a equipe

pedagógica se elas consideravam que algum dos espaços físicos necessitava ser melhorando, com as falas delas pude ver que sim;

“Lógico, o que precisa se melhorado em nossa escola é a quadra, por questão da infraestrutura que precisa ser melhorada como, por exemplo: as redes, traves etc, também nossa escola necessita de um parque, pois as crianças pequenas sentem muito falta de não ter um em nossa escola”. (Luiza)

Para finalizar essa parte da transcrição das entrevistas foi possível notar que os próprios profissionais estão insatisfeitos com os espaços físicos da escola Dr. Paulo Fontes e gostariam que a escola fosse construída em outro lugar, pois no espaço que a escola está localizada hoje não dá para se ampliada, devido à de falta espaço e também atrás da escola já é o cemitério, terreno particular pelo qual pertence á prefeitura.

Diante de tudo isso foi possível abordar nessa pesquisa a importância de contextualizar e refletir acerca da situação do Espaço Físico da Escola Dr. Paulo Fontes, que ainda precisa muito do amparo da Prefeitura de Florianópolis para uma reforma. Com essa reforma realizada acredito que a escola teria mais acessibilidade para as pessoas com deficiências e também para aquelas sem deficiência. Nos dias atuais percebi a dificuldade de uma criança com alguma deficiência física em poder frequentar e continuar os seus estudos na escola Dr. Paulo Fontes, pela falta de acessibilidade que tem nessa instituição, porém se a escola estivesse mais bem preparada no sentido de espaço físico mais acessível poderia ter uma sala de recursos multifuncional com todo o equipamento especializado, como por exemplo mesas adequadas para o uso de uma pessoa com cadeira de rodas, um quadro negro da altura de criança com baixa estatura e cadeirante.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa busquei compreender as condições do espaço físico na Escola Dr. Paulo Fontes. A reflexão acerca das possíveis dificuldades encontradas por alunos com deficiência foram inspiradas em minha experiência como estudante do ensino fundamental na Escola Dr. Paulo Fontes em Santo de Lisboa, Florianópolis, no período de 1995-2005. Eu fui a primeira aluna com deficiência física a ingressar na instituição e a escola não dispunha de condições de acessibilidade arquitetônica como rampas e banheiros adaptados. A escola deveria ser acessível e a minha chegada poderia ter mobilizado a escola. Com essas barreiras o que me motivou a continuar os meus estudos foram o empenho e apoio familiar e a dedicação das professoras, ainda que sem condições de trabalho para tal. Dessa forma, ainda que dispondo de um conjunto de documentos legais que garantem formalmente a acessibilidade escolar, não se caracteriza, nas condições escolares estudadas, o reconhecimento dos direitos de todos os estudantes.

Diante de tudo que organizei para esse estudo, desde minhas lembranças das vivências na escola, fotografias e consulta a documentos de políticas públicas da época foi possível identificar nessa pesquisa, que as condições de acessibilidade da escola Dr. Paulo Fontes no período de 1995-2005 não favoreciam os processos de escolarização para os alunos com deficiência, e mesmo para o conjunto dos estudantes.

Voltando na escola Dr. Paulo Fontes onze anos depois, percebi que há pouca mudança em relação ao espaço físico dessa instituição, pois essa unidade continua não sendo acessível para as crianças com deficiência física. Uma vez que as salas de aulas continuam no segundo pavimento, sendo que os banheiros são todos no térreo. Para uma pessoa

cadeirante o acesso às salas de aula precisa ser feito por uma rampa externa ao prédio da escola e sem nenhuma cobertura. Mas registra-se como mudança nesses onze anos após eu ter concluído o ensino fundamental a construção de banheiros adaptados para alunos com necessidades especiais.

O que me chamou atenção foi que algumas políticas de inclusão estão no regimento da escola Dr. Paulo Fontes, porém eles não estão sendo colocados em prática. Também fiquei surpresa em saber que a escola tem um espaço designado para ter uma sala de recursos que não está em funcionamento pela ausência dos equipamentos e de um professor de educação especial. Contudo, no regimento da escola está citada a sala de recurso multifuncional para atender estudantes com deficiência física, deficiência auditiva, cegos e com baixa visão, porém esses atendimentos não estão acontecendo de fato, pois, esse trabalho é realizado com as crianças com deficiência no NEI RAUL, que fica próximo à escola Dr. Paulo Fontes. Percebo que isso dificulta um pouco para os pais dessas crianças, por ter que se deslocarem em dois turnos para poder levar os seus filhos nos atendimentos do AEE.

Considero que até os dias atuais a escola Paulo Fontes é um espaço que carece de condições de acessibilidade e que continua não contribuindo para a escolarização dos alunos com deficiência física. Inclusive houve um relato de uma das entrevistadas que atualmente um aluno com deficiência física está matriculado mas deixou de frequentar a escola por falta de infraestrutura.

Pelas falas de uma das entrevistadas pude perceber que até as próprias crianças estão insatisfeitas com o espaço físico da escola Dr. Paulo Fontes, devido à falta de organização e espaço e preferiam que a escola fosse a outro lugar, pois assim eles poderiam ter uma

quadra com uma cobertura e um parquinho para elas poderem brincar.

Podemos dizer o quanto é importante ter um espaço acessível nas escolas para pessoas com deficiências como também para todos que compõem a comunidade escolar: alunos, professores, funcionários e famílias. Tomamos por pressuposto que todo e qualquer sujeito, face a condições adequadas, poderá ter sucesso escolar. Portanto, consideramos que os estudantes com deficiência poderiam estar desenvolvendo seu processo escolar em condições de sucesso se a escola apresentasse condições favoráveis de escolarização, incluindo aí a questão da acessibilidade física.

Podemos refletir de qual perspectiva inclusiva estamos falando? Porém não basta um estudante que tenha algum tipo de deficiência está matriculado na rede do ensino regular escola tem que dá todo o suporte para que aluno possa ter uma educação diga para que esse aluno possa de fato usufruir do processo de aprendizagem na sua trajetória escolar, assim trabalhamos com a permanência de todos alunos que está matriculado na rede regular.

Contudo, ao final do trabalho chegamos a uma nova questão: por que tais condições não estadas organizadas em uma escola que faz parte de uma rede de ensino que assume uma perspectiva inclusiva?

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < > Acesso em 05 dez. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 13.146**, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. CORDE. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada** / Coordenação de Ana Paula Rosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital _ Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/a-convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada/view>> Acesso em: 04 dez. 2014.

BRASIL. MEC. SECADI. **Programa Escola Acessível. Manual do Programa Escola Acessível**. Brasília, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Políticas Públicas Nacional de Educação Especial Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial, 1994, 21 -63.**

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalista ou especialista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba: UNIMEP; n. 5, 1999.

BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino. **Deficiência e escolarização: Novas perspectivas de análise**. Araraquara: SP. Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.

CARNEIRO, Maria Sylvia C. **Alunos considerados portadores de necessidades educativas especiais nas redes públicas de ensino regular: integração ou exclusão?** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciência humana e social. São Paulo: Cortez, 1991.

CORRÊA, Priscila, Moreira; Manzini, Eduardo. “Um estudo sobre as condições de acessibilidade da pré-escola”. **Rev. bras. educ. espec.** 18.2 (2012): 2013-2030.

DISCHINGER, Marta. **Manual de acessibilidade espacial para escolas : o direito à escola acessível** / Marta Dischinger; Vera Helena Moro Bins Ely; Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

FREITAS, Maria Teresa. **O pensamento de Vygotski e Bakhtin no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1994.

GARCIA, Rosalba Maria C. **Contribuições Vygotskianas para a educação de indivíduos considerados portadores de deficiências**. Florianópolis, 1996, mimeo. VYGOTSKI, Lev S. A

Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989. VIGOTSKI, Lev S. Fundamentos de Defectología. Obras Completas tomo cinco. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1995, 2a . edição

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOBO, Carlo, Leandro, Cardoso, ano Davi JAV Magalhães. **“Acessibilidade e modalidades especiais da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte: análise com base no censo demográfico de 2010”**. Caderno Metr pole. 15.30 (2013): 513-533.

MELO Francisco Ricardo Lins Vieira de; MARTINS Lúcia de Araújo Ramos. Acolhendo e Atuando com Alunos que Apresentam Paralisia Cerebral nas Classes Regular: A Organiza o da Escola **Rev. Bras. Ed. Esp.** Marília Jan- Abr. 2007 v. 13 n. 1. P. 111-130.

PEREIRA, Luciane, Fagundes, et. al.”**Acessibilidade e Criança Com Paralisia Celebra: A Visão do Cuidador do Primário**”. Fisioterapia em movimento,

SALA, informatizada da Escola Básica Municipal Dr. Paulo Fontes... Regimento Escolar aprovado em novembro de 2012.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **A Educa o Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: recursos pedagógicos acessíveis e comunica o aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da Educa o, Secretaria de Educa o Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 6. (Cole o A Educa o Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)

SCHREIBER, DVFA. Políticas Educacionais, trabalho docente e alunos da modalidade educação especial: um estudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. 2012. 239 f.Diss. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Santa Catarina Florianópolis, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data: ____ / ____ /2016

Hora de Inicio: _____

Horário de término da entrevista: _____

Idade: _____

Profissão: _____

Entrevista com equipe pedagógica, com relação à acessibilidade da escola Dr. Paulo

Fontes:

1- Na LDB no Art. 58, §1 refere-se sobre o atendimento especializado na classe regular de ensino. Gostaria saber por que os atendimentos especializados para os alunos da escola são realizado no Nei Raul? As condições de acessibilidade são melhores no Nei em relação á da escola?

2- “A acessibilidade consiste na possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e a

autonomia, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos das edificações, dos transportes e dos sistemas dos e meios de comunicação, por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida [...]” (Art. 2º. Lei 10.098/00).

Quais os procedimentos da escola para atender esse direito? Teve participação no programa Federal da Escola Acessível?

4- Gostaria de saber o número exato de alunos que estudaram ou que estudo na escola Dr. Paulo Fontes com deficiência? E qual era a sua deficiência? E o número total de estudantes?

5- Qual a sua opinião a respeito do espaço físico da escola, como um todo?

(A) Ótimo (B) Bom (C) Razoável
(D) Ruim

6- Considera que a escola necessita de algum outro espaço?

(A) Sim (B) Qual e por quê?

7- Percebe-se se os alunos estão satisfeito com o espaço físico da escola?

(A) (B)

Qual é o espaço físico que eles mais gostam? E por quê?

8- Considera que algum desses espaços necessita ser melhorado?

(A) Sim (B) Não Qual e por quê?